

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.399.217 - RJ (2018/0305807-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **ZULEIKA TAVARES DE SOUZA**
ADVOGADOS : **MANUELA NUNES RODRIGUES - RJ170688**
CESAR VERGARA DE ALMEIDA MARTINS COSTA - RJ148292
CAROLINE DE MELLO SILVA TEMO - RJ152195
AGRAVADO : **FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS**
ADVOGADOS : **LÚCIA PORTO NORONHA - RJ161906**
JORGE HENRIQUE MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO - RJ104348
LEONARDO DE OLIVEIRA FELIZ - RJ173684
CAMILA RIBEIRO RANGEL DE OLIVEIRA - RJ205205
AGRAVADO : **PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS**
ADVOGADOS : **CANDIDO FERREIRA DA CUNHA LOBO - RJ049659**
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - SP128341

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. REPACTUAÇÃO DO PLANO PETROS 1. DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL COM BASE NO ART. 1.030, I, *b*, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO. 2. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 3. ALEGADO VÍCIO DE CONSENTIMENTO E REVISÃO DO TERMO INICIAL DO PRAZO DECADENCIAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial apresentado por Zuleika Tavares de Souza, com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 2.007-2.016):

PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR. PETROS. REPACTUAÇÃO. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. IMPUGNAÇÃO DO ATO. DIREITO POTESTATIVO. DECADÊNCIA.

Ação proposta por empregada aposentada da segunda apelada, com o fito invalidar sua adesão ao processo de repactuação do plano de previdência privada complementar administrado pela primeira recorrida, alegando vício de consentimento, além da declaração da titularidade do direito adquirido de não contribuir para eventuais coberturas de déficit do plano ou de não ter o benefício reduzido e, sucessivamente, a anulação da cláusula contida no parágrafo 11, do art. 41, do regulamento aprovado em 24/11/2008.

1- À luz do disposto no art. 178, inc. II, do CC, a impugnação do ato

anulável por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores está sujeita a um prazo decadencial de quatro anos, contados da data em que foi praticado.

In casu, o termo de adesão foi firmado em 26/02/2007, mas a presente demanda só foi ajuizada em 24/06/2011.

Patente, pois, a perda do direito potestativo em função da inércia do seu titular.

2. Como ressaltado pela recorrente, o órgão de primeira instância silenciou quanto aos demais pleitos deduzidos. Contudo, em vez de invalidar, esta superior instância deve promover a integração do julgado, conforme permissivo contido no art. 1.013, §3º, inc. III, do CPC/2015.

3. Esteio da previdência complementar é a constituição de reservas destinadas a assegurar o pagamento do benefício contratado.

Por força da norma inserta no art. 18 da LC 109/2001, plano de benefícios não pode operar em desequilíbrio financeiro e atuarial. Assim, na hipótese de déficit, o patrocinador, os participantes e os assistidos devem contribuir para a recuperação desse equilíbrio.

O fato de ser assegurado ao participante o benefício a partir do momento em que se torna elegível não acarreta a aquisição de direito ao regime de custeio conforme originalmente pactuado.

4. O regramento inserido no art.41, §11, do regulamento aprovado em 24/11/2008, não pode ser considerado abusivo. Embora permita à Petros definir o índice de reajustamento no caso de extinção do IPCA, o dispositivo determina o uso de um indexador que reflita a perda do poder aquisitivo. Válida, pois, tal disposição.

Declaração, de ofício, da caducidade do direito de promover a anulação do negócio. Parcial provimento do recurso para integrar a sentença proferida, com a improcedência dos demais pleitos.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alegou violação dos arts. 1º, III e IV, 5º, XXXV e XXXVI, e 7º, VI e XXX, da Constituição Federal; 141, 319, 373, I, 374, 375, 492, 508 e 1.022 do CPC/2015; e 110, 112, 113, 129, 178, II, 187, 265, 267, 421, 422, 423 e 478 do CC, sustentando: a) negativa de prestação jurisdicional; b) obscuridade no acórdão recorrido por deixar de observar que a cláusula de repactuação somente se perfectibilizou em novembro de 2008; c) a "inexistência de decadência do direito, tendo em vista que a modalidade contratada a que aderiu a parte foi de 'contrato autorizado'" (e-STJ, fl. 2.048) ; d) a nulidade do termo de adesão à repactuação, em razão do vício de consentimento; e) a isenção da contribuição para eventuais coberturas de déficit do plano previdenciário em questão, tendo em vista que sua aposentadoria ocorreu antes da Emenda Constitucional 20/1998, regulamentada pela Lei Complementar n. 109/2001; e f) que tem direito a retornar ao critério de reajuste anterior.

Contrarrazões apresentadas às fls. 2.133-2.141 e 2.223-2.255 (e-STJ).

O Tribunal estadual negou seguimento ao recurso especial com base no art. 1.030, I, *b*, do CPC/2015, em razão do Recurso Especial repetitivo n. 1.425.326/RS, e o inadmitiu nos demais pontos, em razão da impropriedade da via eleita para análise de ofensa a dispositivos constitucionais e por não vislumbrar ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

Inconformada, a agravante interpôs agravo interno, tendo o Órgão Especial do Tribunal de origem negado provimento ao recurso, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 2.623):

Agravo Interno interposto, com fulcro nos artigos 1.021 e 1.030, §2º, do CPC, em face da decisão da 3ª Vice-Presidência que aplicou a sistemática da repercussão geral e negou seguimento ao recurso extraordinário interposto, além de negar seguimento também ao recurso especial ao aplicar o regime de julgamento dos recursos repetitivos. Incidência do Tema nº 591 do STF e do Tema nº 736 do STJ – Previdência privada complementar – Repactuação – Equilíbrio financeiro e LC 109/2001 – Possibilidade de cobrança de valor adicional para a cobertura de acréscimos – Plano de custeio e fontes de financiamento – Correta aplicação das teses – Manutenção da decisão guerreada – Recurso conhecido e não provido.

Brevemente relatado, decido.

Conforme relatado acima, a Corte de origem negou seguimento ao recurso especial com fundamento no art. 1.030, I, do CPC/2015 e o inadmitiu nos demais pontos, em razão da impropriedade da via eleita para análise de ofensa a dispositivos constitucionais e por não vislumbrar ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

Com o advento do Código de Processo Civil de 2015, que entrou em vigor em 18 de março de 2016 (Enunciado Administrativo n. 1 do Plenário do STJ), passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que nega seguimento a recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo.

Eis a redação do art. 1.042 do CPC/2015:

"Art. 1.042. Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos."

Destarte, o presente agravo em recurso especial limita-se à análise da parte da decisão que **inadmitiu** o recurso especial.

Inicialmente, com relação à suposta violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015, não assiste razão à parte recorrente, tendo em vista que o Tribunal estadual expôs, fundamentadamente, as razões que levaram à conclusão do julgado. Todas as questões postas em debate foram efetivamente decididas, não havendo que se falar em contradição ou ausência de fundamentação nas decisões, nem constando do acórdão embargado os defeitos previstos nos citados dispositivos do Estatuto Processual Civil, existindo, de fato, decisão adversa à pretendida pela parte agravante.

Com relação ao alegado vício de consentimento e ao termo inicial da contagem do prazo decadencial, o Colegiado estadual assim se manifestou (e-STJ, fls. 2.012-2.013):

No mérito, a recorrente sustenta que, embora espontânea, sua adesão ao processo de alteração dos critérios de reajuste do benefício supletivo não foi manifestada de forma absolutamente livre, uma vez que teria sido induzida por falsa campanha publicitária veiculada pelas recorridas e pela omissão intencional de informações relevantes na proposta de repactuação.

Como se nota, a despeito de sustentar a ocorrência de erro substancial em relação ao negócio jurídico praticado, a recorrente imputa às outras contratantes a prática de expediente ardiloso na obtenção da sua manifestação de vontade, o que, em tese, caracteriza dolo, conceituado pelos Mestres Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona Filho na obra Novo Curso de Direito Civil, vol. I, Saraiva, 2002, pág. 361, como sendo:

... Todo artifício malicioso empregado por uma das partes ou por terceiro com o propósito de prejudicar outrem, quando da celebração do negócio jurídico.

De qualquer modo, à luz do disposto no art. 178, inc. II, do CC, a impugnação do ato anulável por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores está sujeita a um prazo decadencial de quatro anos, contados da data em que foi praticado.

In casu, o termo de adesão foi firmado em 26/02/2007 (pastas 000074/000075), mas a presente demanda só foi ajuizada em 24/06/2011, segundo o protocolo lançado na petição inicial (pasta 000003).

Portanto, como o referido direito potestativo não foi exercitado no curso do lapso temporal assinado pelo Código Civil, forçoso é considerar que o mesmo caducou.

Consta, ainda, do voto dos aclaratórios (e-STJ, fls. 2.031-2.032):

O aresto prescinde de qualquer esclarecimento.

Nele restou consignado que a embargante decaiu do direito de impugnar sua adesão ao processo de repactuação do plano de previdência privada complementar, tendo em vista que não o exercitou dentro do prazo previsto no Código Civil.

Para tanto, de forma muito clara, foi adotado como *dies a quo* da contagem a data da assinatura do termo (pastas 000074/000075), dia em que realizou o negócio jurídico, nos termos do art. 178, inc. II, do CC, e como *dies ad quem* a data em que a presente demanda foi efetivamente aforada.

Outrossim, observa-se que a questão jurídica tratada nos autos foi solucionada nas instâncias ordinárias à luz da interpretação das cláusulas contratuais pactuadas entre as partes, bem como com base no exame das circunstâncias de fato pertinentes ao caso, esbarrando o acolhimento da pretensão nos óbices das Súmulas n. 5 e 7 desta Corte.

Nesse sentido: Agravo em Recurso Especial n. 1.012.552/RJ, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 13/4/2018.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator